



<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”



CDU 027.6:342.532(81) (05)

BOLETIM

DA

BIBLIOTECA

DA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

B. Bibl. C. D. (Brasília) v. 19, n. 1, p. 1-206, jan./abr. 1970

V. 19, N. 1, JANEIRO/ABRIL DE 1970

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA
5º Presidente da Câmara dos Deputados
(Fase Imperial)



W. G. W.

PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Fase Imperial)

59

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA

Ao referir-se à eleição de Martim Francisco Ribeiro de Andrada — parlamentarmente Ribeiro de Andrada — como 59 Presidente da Assemblêia Constituinte do Império para o período de outubro de 1823, e portanto como 59 Presidente da Câmara dos Deputados em sua fase imperial, a Ata da sessão de 2 de outubro daquele ano o faz lacônicamente. Da ordem do dia constavam dois assuntos importantes: a eleição da Mesa e o projeto de Constituição do Império. Depois de lidos alguns ofícios dos Ministros da Marinha e do Império, encaminhada uma proposta sôbre o Almirante

Cochrane e ouvida a leitura de "alguns artigos mais notáveis das gazetas", passou-se ao exame da ordem do dia. À sessão, iniciada "pelas 10 horas da manhã", segundo a mesma Ata, achavam-se presentes 73 deputados.

Assim registra o redator da Ata a eleição de Martim Francisco:

"Passou-se à ordem do dia e procedeu-se à eleição da Mesa e saíram eleitos: para presidente o Sr. Ribeiro de Andrada, com 43 votos; para vice-presidente o Sr. Pereira da Cunha, com 45..."

Seguem-se os nomes dos secretários, efetivos e suplentes, eleitos para a Mesa de outubro, e os votos por êles recebidos.

Martim Francisco era assim o segundo Andrada a exercer o importante cargo. Com efeito, antes dêle, como estamos vendo por esta série de resumos biobibliográficos dos Presidentes da Câmara dos Deputados em sua fase imperial, presidira esta Casa o seu irmão José Bonifácio, o Patriarca da Independência.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada nasceu na então vila de Santos, São Paulo, em 19 de abril de 1775, de acôrdo com os dados mais recentes por nós

consultados. (Segundo Alberto Sousa, em sua conhecida obra sôbre os Andradas, a data certa do nascimento de Martim Francisco é entretanto junho de 1775, e não abril. Outras fontes indicam os anos de 1774 e 1776 como o do seu nascimento.) Foram seus pais o coronel Bonifácio José de Andrada e sua espôsa, D. Maria Bárbara da Silva.

Tal como seus irmãos mais velhos, foi na própria vila de Santos que fêz os estudos primários, orientados pelo pai. Os secundários já se realizaram em São Paulo, sob a direção de Frei Manuel da Ressurreição. Aí aprendeu rapidamente as disciplinas desse curso, que constava de Filosofia, Lógica, Moral e Língua Francesa. Os recursos da família possibilitaram-lhe a vantagem de seguir, como seus dois irmãos, a carreira literária. Não se sabe ao certo em que ano viajou para Portugal, onde, pela Universidade de Coimbra, já o vemos, em 1798, com o diploma de Bacharel em Ciências Matemáticas e Naturais. Nesse mesmo ano o Governo português o nomeia para, juntamente com José Bonifácio e o Tenente-General Napion, realizar trabalhos de exploração minerográfica pela Província da Estremadura até Coimbra. Por designação de seus companheiros, Martim Francisco encarrega-se de descrever e redigir os trabalhos da Comis-

são à medida que esta se fôsse realizando.

Por Carta Régia de 17 de agosto de 1801, com o ordenado anual de 800\$000 réis, além de 200\$000 réis, também anuais, para ajuda de custo, é nomeado Diretor-Geral das Minas e Matas de São Paulo. Pela mesma Carta ficava ainda incumbido, no pôsto de Sargento-Mor de Milícias, da Inspeção da Fábrica de Ferro de Ipanema. Em consequência desses encargos e já de regresso ao Brasil, realiza importantes excursões científicas por Barueri, Paranaíba, Itu, Sorocaba, Porto Feliz, Itapetininga, Apiaí, Rio Verde, Curitiba, no interior, e também pela região litorânea de Itanhaém, Peruíbe, Iguape e Cananéia. Ainda em 1822 encontrava-se no desempenho desse cargo técnico, do qual pediu demissão ao Governo Provisório, após os acontecimentos sediciosos de 23 de maio daquele ano. Com menos de trinta anos de idade já realizara obra da mais alta responsabilidade.

Dessa fase de sua carreira no Brasil conhecem-se as descrições de suas viagens mineralógicas pela então Capitania de São Paulo. Antes, ainda em Portugal, traduzira do francês um Tratado sobre o cânhamo, de Mercandier, editado em 1799; e o Manual do mineralógico ou Esboço do reino mineral, de Ferber.

Em 1821 é secretário do Governo Provisório de São Paulo.

O ano de 1822 vê chegar para o Brasil a sua Independência, para a qual, ao lado dos dois outros Andradas, contribuíra eficazmente Martim Francisco. Mas não só pela sua participação ativa no movimento preparatório da Independência, como também pela feição de seus estudos e tendências espirituais, legitimava-se para Martim Francisco a nomeação para Ministro da Fazenda no Ministério da Independência, organizado a 16 de janeiro de 1822 e extinto em 17 de julho de 1823. Foi, assim, cronologicamente, o primeiro titular dessa pasta, após a proclamação do Império. (Mais tarde, no primeiro Gabinete após a Maioridade de D. Pedro II, voltaria a exercer o cargo de Ministro da Fazenda, em 1840.)

Empossado na pasta da Fazenda em 4 de julho de 1822, encontrou Martim Francisco o Tesouro numa situação das mais difíceis. É que, desde 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, acumulavam-se as dificuldades de ordem financeira e econômica. Em 1822 tais dificuldades alcançavam o seu ápice. A mudança de D. João VI, resultando na criação de nova máquina administrativa e na fixação da numerosa côr-

te que acompanhava o Monarca (calculada em 15 000 pessoas), motivara como era natural grande acréscimo de despesas. Martim Francisco enfrentou a situação instituindo um empréstimo público, em 3 de agosto, para tanto dirigindo-se aos comerciantes e homens de fortuna da Corte, restabelecendo assim o crédito do Tesouro. Notabilizou-se o ministro da Fazenda do primeiro ministério brasileiro após a Independência pela execução de um programa francamente nacionalista, mediante o qual eram fortemente taxados os produtos importados, "muito especialmente os de manufatura portuguesa". No decurso de sua movimentada vida pública, de que este pôsto foi a primeira importante etapa, as tendências espirituais de Martim Francisco afirmaram-se categoricamente, de tal forma que ele se afigura, a todos quantos estudam a sua ação no governo e no parlamento, um dos mais notáveis financistas brasileiros de seu tempo.

No decorrer de 1823 muitas foram as providências tomadas por Martim Francisco como Ministro da Fazenda em relação aos serviços e interesses de sua pasta. Grande foi a sua atividade, por exemplo, diante das repartições arrecadoras, ora recomendando e insistindo pelo exame rigoroso e economia na despesa

pública, ora aconselhando e esclarecendo sobre medidas e processos arrecadadores.

A situação do meio circulante, cuja gravidade tinha uma de suas causas nas emissões contínuas do Banco do Brasil, foi também objeto de providências de parte do Ministro Martim Francisco. Obstar, ou, ao menos, embaraçar essas emissões valia por adotar medida relevante para o saneamento do meio circulante, tão fundamentalmente comprometido. Já com a Portaria de 5 de outubro de 1822 dera o primeiro passo visando a tal fim. Seus efeitos foram bons, pois as emissões cessaram.

Mas a excelente administração Martim Francisco à frente do Ministério da Fazenda havia de durar pouco. As divergências entre os Andradas e Pedro I tiveram seu epílogo em julho de 1823. A 17 desse mês Martim Francisco e José Bonifácio, que se haviam demitido do Ministério, foram substituídos nos seus cargos. Em companhia dos outros Andradas, Martim Francisco passa a liderar vigorosa campanha oposicionista no Parlamento e pelas colunas dos jornais O Tamoi e o Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande, ambos fundados em agosto de 1823.

Aliviado dos pesados encargos que representava a

gerência dos negócios financeiros nacionais, Martim Francisco retoma sua cadeira na Assemblêia Constituinte. Ali sua palavra ecoava com a majestade do tribuno.

São unânimes os historiadores ao afirmarem que, no episódio do espancamento por portugueses do cidadão brasileiro David Pamplona, sua voz elevou-se à altura de uma nobre indignação. De fato, nos transportes do patriotismo, êle bradava com energia à Assemblêia:

"Legisladores! trata-se de um dos maiores atentados; de um atentado, que ataca a segurança, e dignidade nacional, e indiretamente o sistema político por nós adotado, e jurado.

.....
"Iníames! Assim agradecem o ar que respiram, o alimento que os nutre, a casa que os abriga, e o honorífico encargo de nossos defensores, a que indiscretamente os elevamos! Que fatalidade, brasileiros! Vivem entre nós êstes monstros, e vivem para nos devorarem!

.....
"Grande Deus! É crime amar o Brasil, ser nêle nascido, e pugnar pela sua independência, e pelas suas leis! Ainda vivem, ainda suportamos em nosso seio semelhantes feras!..."

Êsse discurso, pronunciado na sessão de 10 de novembro de 1823, portanto às vésperas do decreto de

dissolução da Assemblêia, foi, no dizer de Sisson, o testamento político da Constituinte Imperial.

Em consequência da dissolução da Câmara, Martim Francisco e os outros Andradas são presos e deportados para a França. Permanece no exílio até 1828, ano em que retorna ao Brasil. Após algum tempo de prisão na fortaleza da Ilha das Cobras, retoma suas atividades políticas, muito embora, desgostoso por tantas decepções, amargurado com a vida pública, tivesse jurado nunca mais retornar a ela. Tanto assim que, em 1830, recusa-se a entrar para os conselhos da Coroa, a que o chamava o Imperador, já arrependido de seu êrro. (Generosamente, Martim Francisco e seus irmãos perdoarão a Pedro I as ofensas.) Logo depois, em 1831, recusa servir sob a Regência, porque, aceitando o 7 de Abril como um fato consumado, não queria assumir a responsabilidade de um govêrno saído de uma revolução por êle reprovada.

Mas ainda em 1830 elege-se deputado por Minas Gerais, para a legislatura 1830-1833.

Essa legislatura 1830-1833 teria de deliberar sobre relevantes e complexos problemas de ordem econômica e financeira. Instalada a legislatura, em 7 de junho de 1830 pronunciou Martim Francisco memorável

discurso, no qual, fundamentando o projeto de criação do novo Banco do Brasil, refutou as razões por força das quais se votara a extinção. Esse é outro de seus discursos que, além de perfeito na exposição da doutrina financeira, revela-se modelar pelos primores da forma, constituindo exemplo de eloquência parlamentar esmeradamente cultivada pelos estadistas da época.

Em 17 de setembro de 1830 intervêm nos debates da Câmara para propor a supressão dos dízimos, tributo anacrônico e prejudicial, e a sua substituição por direitos sobre a exportação dos produtos, cobrados em dinheiro. Apresentou emendas ao projeto do Deputado Lôbo de Sousa, as quais foram aprovadas e acabaram com o antiquado imposto.

A sessão de 1832 decorreu em meio de fortes rajadas das paixões políticas: a reforma constitucional; a defesa do irmão José Bonifácio, contra quem se agitava, violentamente, a campanha de que resultou ser-lhe tirada a tutoria dos príncipes; a anistia aos sediciosos do Maranhão — tais foram os assuntos que absorveram o espírito de Martim Francisco, para quem forçosamente se tinham esvaziado de interesse outros casos ou questões, que não se prendiam tão de

perto à luta a que fôra arrastado e em que era um dos poucos aguerridos combatentes.

Em junho de 1832, sem embargo dos assuntos políticos, tratou também de finanças. Dentre os projetos dessa última natureza figurou, nas sessões daquele mês, o que permitia às Câmaras Municipais contrair empréstimos, cujo produto fôsse empregado em obras de utilidade pública. Martim Francisco combateu êsse projeto por duas razões: 1) por violar o art. 83, § 3º, da Constituição; e 2) "por ser inimigo de empréstimos, estando sempre disposto a opor-se a êles, exceto nos casos imprevistos e urgentes, porque são êles que têm levado a nação à situação extrema e a têm tornado endividada". Êsse projeto foi rejeitado na sessão de 20 de junho de 1832.

Para a legislatura de 1834-1837 Martim Francisco não conseguiu eleger-se. Mas como suplente, tomou assento, em virtude da morte do efetivo, durante as sessões de 1836 e 1837. Em 26 de agosto daquele ano pronunciou êle o mais importante dos discursos, que sôbre assuntos econômicos e financeiros lhe foi dado proferir durante a deputação como suplente. Discutia-se o recente tratado com Portugal, em revisão de anteriores, e nos quais se visava especialmente re

gular o comércio entre as duas nações. Suas tendências, desde o Ministério de 1822-1823, foram pelo livre câmbio. Nesse tempo, como em 1830, a plena liberdade de comércio, a par da inteira equiparação de tôdas as nações em face do Brasil, foi para êle objetivo constante.

Voltou como deputado efetivo à Câmara em 1838, eleito por São Paulo. Foi nessa legislatura de 1838-1841, bastante agitada, que se deu o episódio histórico da Maioridade de D. Pedro II (22 de julho de 1840). Em tórno dessa aspiração girou a atividade dos mais importantes políticos da época. Dentre êses políticos, Martim Francisco alcançou destaque máximo. Seus discursos na Câmara em favor da Maioridade foram incessantes e vigorosos, como era do seu temperamento. Em muitos dêles a eloquência e a perfeição da forma ombreiam com as expansões do mais ardente e sincero patriotismo. Assim foi na sessão de 16 de julho de 1840, em que defendia a Maioridade:

"Quero que a monarca suba ao trono não por amor do poder, porque nunca o procurei, nem o procurei; não por amor de honras, pequenos nada, frívolas frivolidades da vaidade humana, porque eu tênhos títulos meus nas ações minhas; não por amor de riquezas, paixão baixa e vil, a que nunca quei

mei incenso, mas por amor da Pátria, paixão nobre, que arde em meu coração, puro como o fogo de Vesta. Quero o monarca no trono, porque estou persuadido que êle será o anjo da paz, que virá salvar-nos do abismo que nos ameaça; quero que o monarca suba ao trono, porque supponho que é a única medida que pode trazer remédio aos nossos males; quero que o monarca suba ao trono, porque amo essa augusta família, senhores, para cuja defesa e glória tenho contribuído com todo o cabedal das minhas forças. Quero, finalmente, para cumprir a promessa dada a um respeitável velho, que jaz hoje na Eternidade, meu falecido irmão, tão injustamente maltratado por tantos, o qual no resto de seus dias dizia não poder morrer contente senão vendo o Senhor D. Pedro II no trono e o sistema constitucional consolidado.

"Ah! senhores, se eu consigo ver isto, os meus votos estão satisfeitos, e cheio de júbilo posso exclamar com o poeta: oh, Pátria, ainda esta glória me consentes!?"

Verifica-se dos Anais de 1838 e 1839 que lhe foi dado ensejo de reafirmar as idéias por que sempre lutou, o mesmo sucedendo no correr das sessões de 1840. Nestas destacou-se Martim Francisco especialmente ao se debaterem as emendas que o Senado aprovara ao orçamento para 1840-1841. Tais emendas foram discutidas na Câmara em sessão extraordinária para êsse fim convocada. Martim Francisco as impugnou, por aumentarem a despesa, o que lhe parecia escapar à compe-

tência do Senado. Lendo-se os resumos taquigráficos constantes dos Anais e relativos às sessões a partir de 13 de abril de 1840 observa-se, com interesse, o desenvolvimento dos raciocínios, apoiado nos quais o representante paulista negava à Câmara Alta tão importante atribuição.

Ainda por essa época coube-lhe na Câmara parte ativa no debate do projeto de orçamento para 1841-1842. Além do orçamento foi alvo de aceso debate, nas sessões de 1840, a proposta do Governo para aumento da quantia de vários créditos constantes das leis orçamentárias para 1839-1840 e 1840-1841. O debate sôbre a proposta, apresentada a 13 de agosto, travou-se nas sessões de 26 a 30 do mesmo mês.

A 23 de julho de 1840 a Maioridade era uma realidade e o ilustre paulista era, com seu irmão Antônio Carlos chamado aos conselhos da Coroa pelo jovem Imperador Pedro II. O mesmo gênio, que tinha assistido o Império nos dias da Independência, fôra pela Providência fadado para inaugurar o reinado do 29 Imperador dos brasileiros: atravessara 18 anos de infortúnio para cumprir sua nova missão como Ministro da Fazenda no primeiro ministério do Segundo Reinado. Essa sua segunda passagem pela pasta das finan

ças durou menos de nove meses, pois deixou o poder em 1841. Não obstante, continuou a militar na política, na qualidade de membro da Assemblêia Geral e da Assemblêia Provincial de São Paulo.

A respeito da obra de financista de Martim Francisco em favor do Brasil, assim escreveu um outro Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, em seu livro O ministro da Fazenda da Independência (in fine):

"Como de tantos outros financistas do Império, tem-se a impressão, diante do seu austero feitiço moral, da sua inteiriça envergadura de administrador, da sôlida competência e segura visão política, sempre reveladas nos atos com que assinalou sua trajetória pela gestão da Fazenda — de que, se lhe fôra dado permanecer demoradamente no posto, a que ascendeu pelo seu mérito e virtudes, teria edificado uma grande obra, capaz de assegurar ao país, pelo decurso dos anos, no domínio das finanças, tempos mais prósperos, ao invés dos dias sombrios que a nossa história financeira rememora e lastima."

O ministério da Maioridade marcou a última etapa da colaboração assídua de Martim Francisco na discussão parlamentar ou na ação administrativa quanto a assuntos de finanças. Dessa colaboração há evidentemente, e ainda hoje, ensinamentos a colher. Mesmo porque todos os seus atos sempre se caracteriza-

ram por uma perfeita integridade moral e um grande valor de estadista.

Em 1841 Martim Francisco é eleito deputado provincial e geral.

Nenhuma parte tomou nos acontecimentos da Revolta dos Liberais, em 1842, ocorridos em São Paulo e Minas Gerais, em decorrência das mutações ministeriais que caracterizaram os primeiros tempos do Segundo Reinado. Não obstante, tanto êle como seu irmão Antônio Carlos foram afastados das honras de camarista do Imperador.

Martim Francisco foi casado com sua sobrinha, D. Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada, segunda filha do Patriarca da Independência. Deixou os seguintes filhos: Martim Francisco Ribeiro de Andrada, José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada — do qual descende o ramo mineiro dos Andradas, entre os quais se destaca o Deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, 26º Presidente da Câmara dos Deputados (1968-1969) e atualmente (1970) Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa — Maria Flora de Andrada e Narcisa de Andrada.

Exerceu a Presidência da Assembléia Constituinte

do Império de 3 a 31 de outubro de 1823. E a sua Vice-Presidência, durante o mês de setembro daquele mesmo ano, para o qual foi eleito com 37 votos, em segundo escrutínio, no dia 2 do mesmo mês.

De uma severidade de costumes superior a tãda sedução, conservou-se sempre pobre, sem honras. Faleceu no dia 23 de fevereiro de 1844, em Santos, sua terra natal, onde está sepultado. Baixou ao túmulo apenas com o hábito de Cristo do tempo colonial ao peito. "Para sua glória porém bastava-lhe seu nome. Sua vida fôra travada de sofrimentos e de dor; seus dias amargurou-os a ingratidão dos contemporâneos."

BIBLIOGRAFIA

PARTE 1

TRABALHOS DE MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA

1.1 - Discursos parlamentares

04-08-1823. Proposta sôbre o pagamento de pensões, gratificações etc., feita pelo thesouro publico, em virtude de avisos ou portarias. AAC 1874, IV: 15.

- 16-08-1823. Proposta para se ampliar o projecto de lei sobre a fabrica de Ipanema. AAC 1874, IV:90.
- 02-09-1823. Pede licença à Assembléia para processar por calúnia autor de carta ao nº 24 do jornal Correio do Rio de Janeiro. AAC 1874, V:21-22.
- 21-09-1823. Pedido de licença para fazer uma citação. AAC 1874, V:21.
- 02-10-1823. Propõe que a Assembléia officie ao Almirante Lord Cochrane, agradecendo-lhe em nome da nação a reintegração do Maranhão ao Império do Brasil. AAC 1874, VI:8-11.
- 03-10-1823. Eleição para ocupar o cargo de Presidente da Assembléia Constituinte. AAC 1874, VI:15.
- 06-11-1823. Manifestando-se contra a nomeação do Deputado Brant Pontes para Encarregado de Negócios do Brasil na Inglaterra. AAC 1874, VI:209-211.
- 10-11-1823. Verberando enèrgicamente o espancamento de que foi vítima o cidadão brasileiro David Pamplona Côrte Real. AAC 1874, VI:228.

Dêsse discurso, uma das mais belas peças de oratória parlamentar brasileira, afirmou Sisson ter sido o testamento político da Constituinte Imperial de 1823, dissolvida pelo Imperador Pedro I no dia 12 de novembro daquele ano.

- 07-06-1830. Criação do nôvo Banco do Brasil. AAC 1878, I:340-349.

- 12-05-1832. Discussão do voto de graças. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 1:159-162, 1879.
- 15-05-1832. Discussão do voto de graças. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 1:165-167, 1879.
- 17-05-1832. Discussão do voto de graças. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 1:170-175, 1879.
- 19-05-1832. Discussão do voto de graças. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 1:177-181, 1879.
- 22-09-1832. Vitaliciedade do senado. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 1:271-274, 1879.
- 11-05-1833. Emenda ao § 2 da fala do trono. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 1:125, 1887.
- 02-07-1833. Sobre a mensagem apresentada pelo ministro de estrangeiro acerca do projecto de restauração do duque de Bragança no Brasil. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 2:27, 1887.
- 15-06-1836. Fixação das forças de terra para o exercício de 1837 a 1838. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 1:178, 1887.
- 20-07-1836: Contra a suspensão das garantias propostas pelo Governo. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 2:101, 1887.

- 23-08-1836. Tratado de comércio e navegação entre o Brasil e Portugal. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 2:208, 1887.
- 18-07-1837. Orçamento do Império. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 2:132,134, 1887.
- 05-07-1838. Fixação das forças de terra para o exercício de 1839-1840. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 2:38-41, 1887.
- 18-07-1839. Fixação das forças de mar para o exercício de 1840-1841. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 2:240-241, 1884.
- 09-09-1839. Deficit orçamentário. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 3:106, 1885.
- 13-04-1840. Alteração orçamentária. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) 1:26-29, 1884.
- 16.07-1840. Defendendo a Maioridade de D. Pedro II. AAC 1884, I:263-264.
- 25-06-1841. Fixação de formas de mar para o exercício de 1842-1843. Annaes do Parlamento Brasileiro (Rio de Janeiro) I:691-694.

1.2 - Cartas

Cartas andradinas. II - Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Anais da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) 14(1):53-69, 1886/1887.

Cartas andradinas. Correspondencia particular de José Bonifácio, Martim Francisco e Antonio Carlos dirigida a A. de M. Vasconcellos de Drummond. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890. 88 p.

Separata dos Anais da Biblioteca Nacional.

Carta a Capistrano de Abreu... Bordeaux, Impr. Gou nouilhou, 1917. 16 p.

Carta a Capistrano de Abreu. In: Correspondência de Capistrano de Abreu. Ed. org. e pref. por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, v. 3, p. 212-222.

1.3 - Trabalhos científicos

Manual do mineralogico, ou esboço do reino mineral, disposto segundo a analyse chimica por Mr. Torbern Bergman, ... Trad., e augm. de notas por Mr. Mongez o Moço ... Nova ed. consideravelmente augm. por M. J. C. de La Metherie. Ultimamente trad. por Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado ... Publ. por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Lisboa, na Offic. de João Procopio Correia da Silva, 1799, 2 v.

Tratado sobre o canamo, comperto em francez por Mr. Marcandier, Conselheiro na Eleição de Bruges. Traduzido de ordem de Sua Alteza Real o Principe do Brazil, Nosso Senhor Em beneficio d'Agricultura, e Marinha do Reino e Dominios Ultramarinos, por Martim Francisco Ribeiro d'Andrade, Publ. por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Lisboa,

Of. de Simão Thaddeo Ferreira, /1799/ 90 p.

Escursão montanística em parte da Provincia de S.Paulo para determinar os seus terrenos metallíferos. Journal des Mines. 1820

Em colaboração com José Bonifácio de Andrada e Silva.

Fala que o ilustríssimo e excelentíssimo ministro e secretário de Negócios da Fazenda e presidente do Tesouro público... dirigiu aos negociantes, e capitalistas desta praça relativa ao empréstimo de quatro centos contos de réis para urgencias de Estado. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1822, 2 fls.

Amerique Meridionale. Voyage minéralogique dans la Province de Saint Paul au Brésil. Journal des Voyages; ou Archives Géographiques (Paris) 36(108): 69-80 e 216-217 oct. 1827.

Referência baseada em fotocópia fornecida ao Dr. Edgard de Gerqueira Falcão pelo Centre National de la Recherche Scientifique de Paris. Trabalho escrito em colaboração com José Bonifácio de Andrada e Silva, teve várias edições.

Viagem mineralogica na Provincia de São Paulo (hoje Estado)... Archivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) 24:217-236, 1923.

Viagem mineralogica na Provincia de S. Paulo, por José Bonifácio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada. In: BOUBÉE, Nereo. Geologia elementar applicada e agricultura e industria...; ou, Manual de geologia de geologia ...

Traduzido da quarta edição. Rio de Janeiro, Na Typ. Nacional, 1846, 34 p. depois do texto de Bou**bee**.

"Traduzida em francês pelo Conselheiro Antonio de Menezes Drummond, e publicado no Journal des Voyages, e em Portuguez por..."

Diário de uma viagem mineralogica pela provincia de S. Paulo no ano de 1805. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) 9:527-48, 1847.

_____ jornais das viagens pela capitania de São Paulo de ... estipendiado como inspetor das minas e matas e naturalista da mesma capitania em 1803 e 1804. Revista do Instituto Histórico do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) 45(1):5-29, 1882.

Amerique Meridionale. Voyage minéralogique dans la Province de Saint Paul au Brésil. Bulletin des Sciences Naturelles et de Géologie (Paris) 16: 411-415, 1889.

Referência baseada em fotocópia fornecida ao Dr. Edgard de Cerqueira Falcão pela Biblioteca do Geological Survey, dos Estados Unidos. "Article communiqué par M. Menezes de Drummond, de Rio de Janeiro" (nota sob o título)

_____ Memória sobre a estatística ou análise dos verdadeiros princípios desta ciência, força e poder do Brasil,

Manuscrito inédito.

Réfutation des calomnies relatives aux affaires du Brésil insérées par un sieur De Loy dans l'Inde-

pendant de Lyon. Paris, Impr. A. Béraud, 1826.

Co-autoria com os irmãos José Bonifácio de Andrada e Silva e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

PARTE 2

TRABALHOS SÔBRE MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA

2.0 - Presidente da Câmara

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro ano da Decima Oitava Legislatura. Rio de Janeiro, typ. Nacional, 1882, v. 2, p. 8-79.

____ Câmara dos Srs. Deputados. Segundo anno da Segunda Legislatura. Rio de Janeiro, Typ. H.J. Pinto, 1878, t. 1, p. 10-207.

Martim Francisco exerce a presidência da Câmara de 05.05.1831 a 02.06.1831.

____ Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da Quinta Legislatura. Typ. da Viuva Pinto & Filhos, 1882, t. único, p. 11-88.

Martim Francisco exerce a presidência da Câmara de 25.04.1842 a 01.05.1842.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da Quinta Legislatura. Rio de Janeiro, Typ. de Viuva Pinto & Filhos, 1882, t. único, p. 11.

Registra a eleição de Martim Francisco Ribeiro de Andrada para a presidência da Câmara, na sessão de 25 de abril de 1842.

Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da segunda legislatura. Rio de Janeiro, Typ. H. J. Pinto, 1878, t. 1, p. 9.

Registra a eleição de Martim Francisco Ribeiro de Andrada como presidente da Câmara, em sessão de 05.05.1831.

2.1 - Repertórios biográficos

LYRA, A. Tavares. Martim Francisco Ribeiro de Andrada. In: Os ministros de Estado da Independência à República. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1949, p. 84-85.

Separata da Revista do Instituto Histórico, v. 193.

MFLO Luis Correia de. Dicionário de autores paulistas. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 1954, p. 50-52.

MORAES, Rubens Borba de. Bibliographia brasiliana.
Amsterdam, Colibris Ed., c1958, v. 1, p. 30.

RAEDERS, Georges & FONSECA, Edson Nery da. Bibliographie franco-brésiliënne (1551-1957) Rio de Janeiro, INL, 1960, p. 95.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Diccionario bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1883-1902, v. 6 (1900), p. 244-46.

SILVA, Innocencio Francisco da. Diccionario bibliographico portuguez. Lisboa, Impr. Nacional, 1858-1923, t. 17 (1894) p. 1-2.

SISSON, Sebastião Augusto. Martim Francisco Ribeiro de Andrada. In: Galeria dos brasileiros illustres (os contemporaneos). Rio de Janeiro, Lith. de S. A. Sisson, 186.., v. 1, p. 5-6.

_____. [2. ed.] São Paulo, Martins, 1948, v.2, p. 11-17 (Biblioteca histórica brasileira, dir. de Rubens Borba de Moraes, 18)

SOUSA, Alberto de. Trabalho de Martim Francisco. In: Os Andradas. São Paulo, Typ. Piratininga, 1922, v. 3, p. 499-507.

_____. Os Andradas. Obra comemorativa do 1º centenário da Independência do Brasil, mandada executar pela Câmara Municipal da cidade de Santos. São Paulo, Typ. Piratininga, 1922, v. 1, p. 519-553.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. José Bonifácio, 1763-1838. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1945. 320 p. (Coleção Documentos brasileiros, 51)

2.2 - Verbetes em enciclopédias e dicionários

ENCICLOPÉDIA barsa. Rio de Janeiro, Encyclopaedia Britannica, 1964, v. 1, p. 394.

ENCICLOPÉDIA brasileira de Alarico Silveira. Rio de Janeiro, INL, 1958, t.1, p. 362.

ENCICLOPÉDIA brasileira mérito. Rio de Janeiro, 1958, v. 1, p. 667-668.

ENCICLOPÉDIA Delta-Larousse. Rio de Janeiro, Delta, 1963, v. 12, p. 6414.

ENCICLOPEDIA e diccionario internacional. Rio de Janeiro, Jackson, [s.d.] v.1, p. 520.

ENCICLOPEDIA italiana di scienze, lettere ed arti. Milano, Istituto G. Treccani, 1939, v. 3, p.194-195.

Biografia do Patriarca e lutas políticas suas e de seus irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos.

ENCICLOPÉDIA universal. São Paulo, Ed. Pedagógica Brasileira, 1969, v. 1, p. 256.

GRANDE enciclopédia portuguesa brasileira. Lisboa, E. Enciclopédia, [s. d.] v. 2, p. 526.

GRANDE enciclopédia portuguesa e Brasileira. Lisboa, Ed. Enciclopédia, 2. parte, 196?, v. 1, p. 343-4.

LELLO universal. Pôrto, Lello [s.d.,] v. 1, p.148.

NÓVO dicionário de história do Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1970, p. 50-51.

2.3 - Livros, opúsculos e capítulos

ALBUQUERQUE, Arci Tenório d'. José Bonifácio e o fi-co. In: A maçonaria e a independência do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Espiritualista [s.d.] p. 80-82 (Biblioteca maçônica, 1)

AMARAL, Brenno Ferraz do. O engenho dos Andradas em Piracicaba. In: _____ José Bonifácio. São Paulo, Martins, 1968, p. 84-88.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. O ministro da fazenda da Independência. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) 74(1):361-452, 1915.

O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade; sua ação no Governo e no Parlamento; as suas opiniões sobre assumptos de finanças. Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918. 165 p.

Originalmente publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro... O A. concebeu este trabalho como "o primeiro capítulo de um livro em elaboração intitulado Financistas do Império". (Da nota do Editor.)

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Apontamentos genealógicos da família Andrada. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) 76(1):21-64, 1913 [i.e. 1914]

ARARIPE, Tristão de Alencar. Patriarchas da independência... Pôrto Alegre, Typ. do Jornal do Comércio, 1876, 21 p.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Biblioteca. Biobibliografia de José Bonifácio de Andrada e Silva (o Patriarca da Independência) Brasília, 1968. 167 p.

Separata do Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados (Brasília) 17(3): 745-912, set./dez. 1968.

CARMO, J. A. Pinto do. Ministros da Fazenda. Rio de Janeiro, 1944.

COMPANHIA CONSTRUCTORA DE SANTOS, ed. Monumento comemorativo da Independência do Brasil em glorificação aos irmãos Andradas; memorial descritivo do projecto.

Detalhes e justificação histórica do Monumento, por Affonso d'E. Taunay.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Precursores da Independência. Jornal do Commercio (Rio de Janeiro) 17 set. 1938

COSTA E SILVA SOBRINHO. O Panteão dos Andradas. Santos, Prefeitura Municipal, 1970. 71 p.

A DEPORTAÇÃO de Martim Francisco e sua deportação para o Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (São Paulo) 10: 195-203, 1906.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira, ed. Estudos vários sobre José Bonifácio de Andrada e Silva. Santos,

Grupo de Trabalho Executivo das Homenagens a José Bonifácio, 1963.

FARIA, Júlio Cezar de. O exílio dos Andradas... Volta ao exílio; alguns traços genealogicos. In: José Bonifácio, o moço. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, p.51-65 (Brasiliana, 233)

FERREIRA, Francisco Ignacio. Martim Francisco Ribeiro de Andrada. In: _____. Diccionario geographico das minas do Brazil... Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1885, p. 341-364.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. São Paulo; a junta paulista e a ação dos Andradas... antiandradismo... In: _____. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964, v. 2, t. 2, p. 441-448.

HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes, barão Homem de Mello. O Brazil intellectual em 1801: mathematicos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) 64(1): 14, 1901.

_____. Deputados à assembléa geral constituinte e legislativa do Imperio do Brazil. In: _____. A constituinte perante a historia. Rio de Janeiro, Typ. da Actualidade, 1863, p. 122.

_____. Martim Francisco Ribeiro de Andrada. In: _____. Esboços biographicos. 1. pt. Rio de Janeiro, 1862, p. 59 (Bibliotheca brasileira, 2)

JAGUARIBE, Domingos. Os Andradas. Ereccão de um monumento nacional por iniciativa do Instituto Histórico e geographico de S. Paulo. Proposta e sua

justificação pelo Dr. Domingos Jaguaribe, parecer da Comissão de Historia Geral e acta da reunião inicial da comissão incumbida de promover a erecção do monumento. São Paulo, Typ. Casa Garraux, |1909?| 23 p.

LEITE, Ascendino. O amargo exílio dos Andradas. Coletânea (Rio de Janeiro) 5(4):25-33, março 1956.

LEONARDOS, Othon Henry. A escola brasileira dos Andradas. In: AZEVEDO, Fernando de, ed. As ciências no Brasi. São Paulo, Melhoramentos |s.d.|v. 1, p. 270-273.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira. Algumas figuras notáveis do Brasil, do tempo colonial, no Arquivo Historico Militar... Guimarães |sic| Of. Graficas "Minerva" | 1942, p. 10-12.

LUCAS, Tancredo, pseud. de Lafayette de Toledo. San-tistas illustres... Campinas, Ed. L. de Toledo (Casa-Branca) Typ. da Gazeta de Campinas, 1887, p. 41-42.

LYRA, A. Tavares. Organização administrativa do Império. In: _____. Organização política e administrativa do Brasil (Colônia, Império e Republica) Sao Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941, p.81-135

MACEDO, Joaquim Manoel de. Anno biographico brasileiro... Rio de Janeiro, Typ. e Lith. do Imperial Instituto Artistico, 1876, v. 1, p. 239.

MENDONÇA, Luiz Carlos Sampaio de. A família do patriarca. Revista de História (São Paulo) 27(55):163-169, jul./set. 1963.

NECROLOGIA de Martim Francisco Ribeiro de Andrada.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) 54:313-322, jan./jun. 1891.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. O regimen das juntas provinciales... In: O movimento da independência, 1821-1822 São Paulo, Melhoramentos, 1922, p. 94-114 e 175-192.

PIZA, Antonio de Toledo. A bernarda de Francisco Ignacio. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (São Paulo) 7:144, 1902.

Martim Francisco e a Bernarda. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (São Paulo) 5:48-78, 1901.

RANGEL, Alberto. Os Andradas e seus coexilados. In: Textos e pretextos; incidentes da chronica brasileira a luz de documentos conservados na Europa. Tours, Typ. de Arrault, 1926, p. 59-99.

REPRESENTAÇÃO popular a D. Pedro, pedindo a reintegração de José Bonifácio e de outros no Ministério. In: Documentos para a historia da Independencia. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923, v. 1, p. 402-418.

ROURE, Agenor de. Os três Andradas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional 3:916-919, 1916.

SALLES, Alberto. D. Pedro, os Andradas e a Constituinte. In: Politica republicana. Rio de Janeiro, G. Leuzinger, 1882, p. 262-269.

SALLES, Alberto. A Regencia e os Andradas. In: _____. Politica republican Rio de Janeiro, G. Leuzinger, 1882, p. 286-290.

SILVA, Manoel Francisco Dias da. Diccionario biografico de brasileiros celebres ... Rio de Janeiro, H. Laemmert, 1871, p. 98-104.

SOUSA, Alberto. Os Andradas. Obra commemorativa do 19 centenario da independencia do Brasil, mandada executar pela Camara Municipal da cidade de Santos. Sao Paulo, Typ. Piratininga, 1922. 3 v.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. José Bonifácio, 1763-1838. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957. 361 p. (História dos fundadores do Império do Brasil, 1)

_____ A reforma constitucional, Feijó, José Bonifácio e a reação "Caramuru". In: _____. História de dois golpes de Estado. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1939, p. 9-38.

TAUNNAY, Affonso d'Escragnolle. José Bonifácio de Andrada e Silva, 1763-1838. In: Grandes vultos da independencia brasileira ... Sao Paulo, Melhoramentos, 1922, p. 19-32.

_____ Monumento commemorativo da independencia do Brazil em glorificação aos irmaos Andradas. Memorial descriptivo do projecto da Companhia Constructora de Santos ... Sao Paulo, Typ. de Pocaí & Comp. 1920 44 p., 1. f.

"CAPA: ... à glória dos irmãos Andradas e de Santos sua terra natal. O monumento foi projetado

do pelo autor. Apresentação de Roberto C. Simonsen.

VIEIRA, Damasceno. Memorias historicas brasileiras (1500-1837)... Bahia, Officinas dos Dois Mundos, 1903, t. 2, p. 344-351 et passim.

Abreviatura de publicação citada:

AAC = Annaes da Assemblêa Constituinte